

# ANTÔNIO CARABALLO

6 Con-Brasil

## Euforia perigosa

CORREIO BRAZILIENSE

Afinal de contas, estamos ou não em recessão? O Governo nega. Lideranças sindicais confirmam. Muitas entidades de classe fazem verdadeiros malabarismos em suas análises, para não confrontar as teses oficiais, enquanto os empresários se dividem entre otimistas e pessimistas, segundo os distintos ramos de atividades. O fato é que a máquina governamental ainda não conseguiu convencer a sociedade de que realmente controla a situação e tem habilidade suficiente para pilotar o barco da economia, nesta travessia tormentosa. Na dúvida, uns se lançam ao consumo, outros em busca do passaporte e a grande maioria a um paciente exercício de observação e ajuste a tempos mais difíceis.

Já se disse, mas vale a pena repetir: ninguém descobriu, ainda, a fórmula que permita a qualquer país debelar um surto inflacionário e manter, ao mesmo tempo, pleno emprego e generosa distribuição de renda. O ajuste econômico tem um custo social. O discurso oficial em torno dos descamisados e da preservação das poupanças até 50 mil cruzeiros tem relação direta com esse entendimento. Se o mal foi corretamente diagnosticado, a receita adequadamente avivada e o remédio ministrado na dose certa, somente o futuro próximo poderá responder.

Uma coisa, no entanto, é certa. Registra-se perigosa guinada na postura oficial rumo à euforia. São cada vez mais tímidas as vozes dentro do Governo que tentam alertar para a precipitação de se considerar a inflação vencida, a economia saneada, o déficit público superado e à bolha de consumo em supermercados como a chegada da classe operária ao paraíso. A máquina estatal remói com dificuldade a reforma administrativa. Nomear Mauro Boschero para presidente de uma empresa que nem criada es-



va (a futura Companhia Nacional de Abastecimento) é apenas mais um exemplo, que vem juntar-se a episódios como os vetos presidenciais sobre política salarial, para dar idéia do desafio que o Governo tem de superar no seu cotidiano.

A oposição, de seu lado, já percebeu que não tem alternativa eleitoral este ano, senão apostar no insucesso da administração para levar o programa econômico de forma eficiente. Durante dois meses, a partir de agosto, rádio e televisão estarão despejando duas horas diárias de propaganda eleitoral sobre o cidadão brasileiro. Uns, denunciando o preço eventualmente cobrado pelo Plano Collor em termos de desemprego, perdas salariais e injustiças cometidas; outros na trincheira da defesa do programa, apontando a queda da inflação, elevação do salário real, retomada do crescimento econômico em bases mais firmes e melhoria dos serviços sociais prestados pelo novo Estado brasileiro, aliviado que foi de tarefas indevidas na seara econômica.

E se a recessão efetivamente ficar caracterizada a partir de maio? Seus efeitos provavelmente iriam projetar-se para além de agosto e setembro. Os candidatos identificados com as teses governamentais estarão dispostos e em condições de explicar essa circunstância ao eleitorado? Por via das dúvidas, seria prudente revisar discursos e posturas desde já. A popularidade do Presidente mostra que a sociedade entendeu a gravidade do problema e apoiou a dureza do plano, no primeiro momento. Ela também acredita nas promessas e compromissos oficiais, sobre melhoria dos serviços prestados pelo Governo, solução do problema econômico e devolução do dinheiro que acabou retido no Banco Central. Tal patrimônio de credibilidade não deve ser perdido. Há tempo para que um diálogo constante e franco com a sociedade vacine o eleitor contra a demagogia. Se isso não ocorrer, a meia-volta nesta pregação presidencial pode ser traumática.